



GRUPO PARLAMENTAR

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 300/XIII/1.^a

RECOMENDA O REFORÇO DO QUADRO JURÍDICO COMUNITÁRIO DE MODO A AUMENTAR A TRANSPARÊNCIA NAS TRANSAÇÕES FINANCEIRAS

Ao avançarmos na agenda da maior transparência fiscal e de informação acerca dos movimentos de capitais para jurisdições fiscais com padrões de funcionamento insatisfatórios à luz do modelo europeu, deparamo-nos com a dificuldade natural da ineficácia, e até do carácter contraproducente, de medidas unilaterais, sobretudo atendendo à exiguidade de Portugal no contexto da economia global. Mas mudamos de plano se fizermos com que a União Europeia aja como grande ator económico mundial que inequivocamente é. Daí que para termos alterações salutares e eficazes neste domínio precisamos de uma ação coordenada a nível europeu. Se Portugal sozinho não consegue impor determinados padrões e práticas mais virtuosas em matéria de escrutínio dos movimentos de capitais na economia global, já a Europa como um todo pode liderar essa reforma com a eficácia que lhe advém da sua dimensão e relevância económica e política. Acresce que vários territórios destinatários desses capitais têm relações políticas muito próximas com alguns Estados-Membros da União Europeia, que devem ser envolvidos neste esforço coletivo.

Compete à União Europeia, e em particular às suas instituições, e no respeito pelo princípio da subsidiariedade, tudo fazer para combater a injustiça fiscal e reforçar a transparência da sua economia interna. Em nome dos cidadãos portugueses, crendo que partilhando o desejo da esmagadora maioria dos cidadãos europeus, consideramos prioritário combater a criminalidade ao nível fiscal e a fraude, mas também o financiamento camuflado do terrorismo ou de ações relacionados com tráfico de armas, drogas ou seres humanos, muitas vezes apenas possível graças à falta de escrutínio, produto da falta de transparência e de controlo das sociedades existentes em regimes offshore.



GRUPO PARLAMENTAR

Além disso, a luta contra a evasão fiscal e o planeamento fiscal agressivo figura entre as prioridades da União, tal como confirmado pelas conclusões do Conselho Europeu de Dezembro de 2014. É uma questão muito importante em relação à qual se procura avançar a nível mundial.

Neste contexto, importa relembrar que:

- em junho de 2014, o Conselho Europeu definiu como prioridades estratégicas a luta contra a evasão e a fraude fiscais;
- em dezembro de 2014, o Conselho Europeu concluiu que era urgentemente necessário progredir na luta contra a elisão fiscal e o planeamento fiscal agressivo;
- em março de 2015, a Comissão Europeia apresentou a proposta de Diretiva relativa à troca automática de informações no domínio da fiscalidade;
- entre março e setembro de 2015, o grupo das Questões Fiscais do Conselho efetuou uma análise técnica da Diretiva proposta;
- em junho de 2015, o Conselho de Assuntos Económicos e Financeiros procedeu a uma troca de opiniões sobre o trabalho efetuado pelos peritos no Grupo das Questões Fiscais e forneceu orientações sobre as questões ainda pendentes; e
- em outubro de 2015, o Conselho Europeu chegou a um acordo político sobre o projeto de Diretiva.

É notório, pois, o interesse da União no reforço da transparência e da cooperação como elementos vitais na luta contra o planeamento fiscal agressivo e contra as práticas fiscais abusivas.

Estima-se que a elisão fiscal priva os orçamentos públicos dos Estados-Membros da União de vários milhares de milhões de euros por ano. Além disso, compromete a justa repartição dos encargos entre os contribuintes e a concorrência leal entre as empresas. As empresas



GRUPO PARLAMENTAR

aproveitam a complexidade das regras fiscais e a falta de cooperação entre Estados-Membros para deslocalizar os lucros e reduzir ao mínimo os seus impostos.

Cada um deve pagar a parte de imposto que lhe corresponde. Este princípio aplica-se tanto às empresas multinacionais como a todos os outros contribuintes.

A concorrência fiscal desleal entre os Estados-Membros, bem como entre estes e os países terceiros, afeta o funcionamento do mercado único, reconhecendo-se simultaneamente a importância da tributação para a competitividade.

Importa restabelecer a relação entre o lugar da obtenção efetiva dos lucros e o lugar da sua tributação. Para tal, os Estados-Membros devem adotar uma atitude aberta e trabalhar em conjunto. Atualmente, os Estados-Membros partilham muito pouca informação sobre os seus acordos fiscais prévios. É deixado ao critério do Estado-Membro decidir se um acordo fiscal prévio pode ser pertinente para outro país da União. Em consequência, os Estados-Membros desconhecem muitas vezes os acordos fiscais prévios transfronteiriços celebrados noutros países da União que podem afetar as suas próprias matérias coletáveis. A falta de transparência em matéria de acordos fiscais prévios está a ser explorada por determinadas empresas a fim de reduzir artificialmente a sua contribuição fiscal.

Na União Europeia existem já algumas iniciativas destinadas a aumentar a transparência fiscal, nomeadamente,

- Avaliação da possibilidade de introduzir novas exigências de transparência para as empresas multinacionais;
- Revisão do Código de Conduta sobre a Fiscalidade das Empresas;
- Quantificação da amplitude da elisão e evasão fiscais;
- Revogação da Diretiva relativa à tributação da poupança.

Sublinha-se que é necessário continuar a aprofundar estas iniciativas.



GRUPO PARLAMENTAR

Exige-se, deste modo, um âmbito de aplicação mais alargado para a troca automática de informações sobre contas financeiras, incluindo os rendimentos da poupança correspondentes.

Com a revogação da Diretiva relativa à tributação da poupança será possível criar um quadro normativo simplificado para a troca automática de informações financeiras e evitar qualquer insegurança jurídica ou carga administrativa adicional que comprometa as empresas e as autoridades fiscais.

Salienta-se, também, a importância de contar com a participação do maior número possível de países, incluindo os países em desenvolvimento, a fim de garantir condições de concorrência equitativas no domínio da erosão da base tributável e da transferência de lucros.

Importa destacar ainda que, neste contexto, o Conselho decidiu alterar a Diretiva de 2011 relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade (2011/16/UE). A diretiva atualizada deverá, pois, fazer face de forma mais eficiente à evasão fiscal por parte das empresas.

As alterações resultarão na obrigatoriedade de as autoridades fiscais nacionais a nível da União trocarem automaticamente informações sobre as decisões fiscais transfronteiriças e os acordos prévios de preços de transferência que facultem às empresas. O objetivo é aumentar a transparência sobre tais decisões e acordos.

A Diretiva vigente desde 2011 relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade só prevê a troca espontânea de informações sobre decisões fiscais entre as autoridades fiscais dos Estados-Membros. A troca não é obrigatória e as regras não fixam os intervalos a que tais informações têm de ser trocadas.

A introdução da troca obrigatória e automática (ou seja, a intervalos regulares) de informações predefinidas sobre decisões fiscais prévias deverá em última instância conduzir a uma maior eficácia da cobrança de receitas nos Estados-Membros. O acesso a tais informações deverá criar condições para que as autoridades fiscais nacionais possam reagir em determinados casos de planeamento fiscal agressivo.



GRUPO PARLAMENTAR

Importa, ainda, sublinhar que o desafio representado pela evasão fiscal transfronteiriça, pelo planeamento fiscal agressivo e pela concorrência fiscal prejudicial aumentou consideravelmente e tornou-se um dos principais motivos de preocupação na União e também a nível mundial.

Recorda-se que a erosão da base tributável está a reduzir consideravelmente as receitas fiscais nacionais, o que contribui para impedir os Estados-Membros de aplicarem políticas fiscais favoráveis ao crescimento.

A emissão de decisões fiscais prévias, que facilitam a aplicação coerente e transparente da lei, é prática comum, designadamente na União.

Ao proporcionar segurança às empresas, a clarificação do direito fiscal para os contribuintes pode incentivar o investimento e o cumprimento da lei e pode, por conseguinte, ser propícia ao objetivo de prosseguir o desenvolvimento do mercado único da União com base nos princípios e liberdades subjacentes aos tratados.

Quaisquer estruturas de cariz fiscal que conduzam a um baixo nível de tributação dos rendimentos no Estado-Membro que estabelece o acordo fiscal prévio levam a que apenas rendimentos de montante reduzido sejam objeto de tributação nos outros Estados-Membros envolvidos, provocando assim a erosão das suas matérias coletáveis.

Por conseguinte, é necessária, ao nível da União, uma abordagem mais sistemática e com caráter mais vinculativo no que respeita à troca de informações sobre acordos fiscais prévios, a fim de assegurar que, sempre que um Estado-Membro estabelece um acordo fiscal prévio ou um acordo prévio de preços de transferência, qualquer outro Estado-Membro que seja afetado possa tomar as medidas de reação necessárias.

É, pois, urgente e necessário progredir na luta contra a elisão fiscal e o planeamento fiscal agressivo, tanto a nível mundial como da União Europeia.

Deste modo, é necessário que a Comissão Europeia, juntamente com todos os Estados-Membros, possa reforçar o quadro jurídico comunitário vigente para que de forma



GRUPO PARLAMENTAR

harmonizada, na União, se possa garantir um maior nível de transparência e exigência em todas as transações financeiras, que ocorram entre a União e os regimes fiscais claramente mais favoráveis.

Assim, nos termos constitucionais e regimentais, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, abaixo assinados, propõem que a Assembleia da República, no âmbito do procedimento de «cartão verde» (diálogo político reforçado), recomende à Comissão Europeia que:

1. Proceda ao reforço dos instrumentos e mecanismos criados pela Diretiva 2011/16/UE do Conselho, de 15 de Fevereiro de 2011, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade e que revoga a Diretiva 77/799/CE, devendo a Diretiva atualizada fazer face, de forma mais eficiente, à evasão fiscal.
2. Apresente uma iniciativa legislativa no sentido de intensificar os requisitos de reforço, monitorização, controlo e registo de todas as transações financeiras que ocorram entre a União Europeia e os regimes fiscais claramente mais favoráveis, sendo que esta responsabilidade deverá estar acometida a uma entidade europeia na esfera dos bancos centrais;
3. Promova e monitorize a transposição durante o ano de 2016 da Diretiva (UE) 2015/2376 do Conselho de 8 de Dezembro de 2015 que altera a Diretiva 2011/16/UE, no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade, no sentido de a mesma vigorar plenamente a partir de 1 de Janeiro de 2017;
4. Torne obrigatória a publicação, por parte dos Estados-Membros, de todos os acordos fiscais celebrados entre Estados-Membros e empresas;
5. Apresente e implemente um plano europeu com vista ao reforço do nível médio de proteção contra o planeamento fiscal agressivo no mercado interno; e
6. Apoie a implementação pela União Europeia do programa anti BEPS (base erosion and profit shifting) da OCDE em articulação com o G20.

Palácio de S. Bento, 3 de Maio de 2016



GRUPO PARLAMENTAR

Os Deputados,

Luís Montenegro

Maria Luís Albuquerque

António Leitão Amaro

Miguel Morgado

Hugo Soares

Duarte Marques

Nilza Sena

Inês Domingos

Duarte Pacheco

Bruno Coimbra

António Tôpa